



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE CRACK

FERNANDA LUMA GUILHERME BARBOZA<sup>1</sup>  
IRENE FERREIRA GUILHERME BARBOSA<sup>2</sup>  
ALINE BATISTA DE PAULA<sup>3</sup>

**Resumo:** A extensão conforma, juntamente com a pesquisa e o ensino, o tripé que organiza e fundamenta a formação superior. Considera-se que a extensão no Serviço Social contribui não só para a formação da categoria profissional em foco, mas também para a proposta das Instituições de Ensino Superior (IES), que além de capacitar novos profissionais para o mercado de trabalho, firmam um compromisso com o desenvolvimento da sociedade de forma geral. Assim, o presente estudo apresenta um relato de experiência profissional no projeto de extensão In Dependência, do curso de Serviço Social de uma IES do interior de Pernambuco.

**Palavras-chave:** Formação; Extensão; Drogas; Serviço Social.

**Abstract:** This Extension forms, together with research and teaching, the tripod that organizes and supports higher education. It is considered that extension in Social Work contributes not only to the formation of the professional category in focus, but also to the proposal of Higher Education Institutions (HEIs), which, in addition to training new professionals for the labor market, with the development of society in general. Thus, the present study presents an account of professional experience in the In Dependency extension project of the Social Work course of an HEI in the interior of Pernambuco.

**Keywords:** Formation; Extension; Drugs; Social service.

### I - INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto das inquietações geradas ao longo da atuação profissional em unidades de saúde mental nos estados de Pernambuco e Piauí, e também da experiência de 3 anos à frente do Projeto In Dependência<sup>4</sup>, projeto de extensão relacionado à temática do uso, abuso e dependência de drogas.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <nanda\_aspe@hotmail.com>

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Pitágoras.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> O projeto fazia parte do LEPPS (Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais) da então Faculdade ASCES, Caruaru-PE.

Desde o final da década de 1980, o consumo de uma determinada droga derivada da cocaína, tem despontado como um dos principais problemas sociais e de saúde pública em diversos países do mundo. Essa droga é o crack e os problemas relacionados a ela tem se tornado mais variados, com características mais complicadas e globais. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o crack tem sido usado por cerca 0,3% da população mundial, sendo que um número expressivo destes usuários concentra-se na América (70%). Entre os países emergentes, o Brasil é o maior mercado na América do Sul, com mais de 900.000 usuários (ABP, 2012).

Entendendo a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão universitária para a efetivação da educação de maneira integral no ensino superior no Brasil, considera-se que o terceiro ponto deste tripé contribui para o cumprimento das propostas de formação do ensino superior. Numa profissão crítica e com um projeto profissional que aponta para a emancipação dos indivíduos, como é o caso do Serviço Social, essa educação se propõe, além do óbvio esperado que é capacitar os novos profissionais para o mercado de trabalho, firmar um compromisso com um projeto de sociedade que supere o posto. Assim, o presente estudo apresenta um relato de experiência profissional através de um projeto de extensão do curso de serviço social no interior de Pernambuco-Brasil.

O exercício profissional do assistente social é mediatizado pela dinâmica das relações sociais, que por sua vez são vinculadas à uma determinada conjuntura histórica. Dessa forma, avalia-se a sistematização da prática enquanto elemento fundamental na práxis profissional do assistente social, sendo essa fonte de realimentação teórica que possibilita a formulação de novos instrumentos e aportes teórico-metodológicos, que garantem uma melhor leitura da realidade, a qual o assistente social incide seu trabalho, frente as constantes novas requisições, e ainda formular respostas profissionais as quais determinam a sua ação profissional.

A sistematização não se configura apenas enquanto uma ferramenta complementar do assistente social, ela encerra todo o processo teórico-metodológico da prática profissional. Além disso, pode-se compreendê-la enquanto uma ferramenta teórico-prática. Almeida (1997), ressalta que a mesma

pode ser compreendida enquanto uma estratégia, haja vista que reaviva e atualiza a dimensão intelectual da profissão.

## **II - SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA**

### **2.1 A extensão na formação dos discentes de Serviço Social**

A extensão universitária no Brasil teve um início marcado pelo assistencialismo, assinalado no atendimento do indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sendo, ainda, muitas vezes reduzida ora à lógica de efetivação do compromisso social das Instituições de Ensino Superior (IES), ora à constituição de campo de estágio para os estudantes universitários que não conseguiam vaga em instituições externas. Somente na década de 1980, tendo em vista o contexto de abertura política do país e o compromisso das Instituições de Ensino Superior com a população, a extensão passa a ser concebida como um processo educativo, cultural e científico que se articula de maneira indissociável com o ensino e a pesquisa (FACEIRA, 2013). A extensão é a função mais jovem da universidade e, apesar do discurso de indissociabilidade, em muitas universidades/IES ela é vista como uma atividade apêndice/facultativa ao processo educativo, pois lhe falta orçamento específico além de recursos humanos e físicos.

Hoje a extensão universitária é destacada como uma ação desenvolvida pelas instituições de ensino junto à comunidade (principalmente as dos arredores da instituição), o que possibilita a diversificação e regionalização do campo empírico para a produção de pesquisas e novos conhecimentos, principalmente no que diz respeito a seu espaço geográfico. Nesse sentido, através da extensão o discente de Serviço Social desenvolve suas habilidades e competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, imperativas na decodificação da realidade social e elaborar as estratégias de enfrentamento das expressões da questão social.

A Extensão propicia ao processo de formação acadêmica uma significação ímpar, na medida em que são espaços inteiramente articulados à realidade social e que favorecem o desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos discentes em diferentes dimensões: planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população. Essas ações produzem efeito direto não apenas sobre os discentes participantes dos programas e projetos, visto que a produção de conhecimentos é socializada para todos os discentes do curso através de seminários, oficinas e conteúdos incorporados às disciplinas. A atividade extensionista não deve constituir um apêndice das atividades de ensino e pesquisa. A função extensionista da universidade deve ser realizada de maneira articulada com outras esferas da dinâmica social, contribuindo para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social, enfatizando a capacidade de formulação de respostas sociais da profissão, além de contribuir para a construção de projetos societários contra-hegemônicos (FACEIRA, 2013, p 7).

No que se refere ao Serviço Social, deve-se ponderar, que a opção política dos profissionais articula o projeto profissional ao projeto societário, pois toda a prática em uma sociedade classista tem caráter político. Todo o trabalho profissional do assistente social é perpassado por interesses políticos, sociais, ideológicos que estão postos na sociedade, dessa forma toda a prática terá em si uma determinada direção social, que se refletirá em valores e diretrizes profissionais (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, NETTO, 1999).

Destarte, a extensão universitária estabelece uma dupla função, a primeira refere-se a formação de profissionais comprometidos ético e politicamente, na medida em que são oportunizadas experiências mais completas para os discentes. A segunda alude à relação que a extensão consegue estabelecer entre a universidade e a comunidade.

Essa dinâmica além de ampliar e enriquecer as possibilidades de formação dos discentes, também se constitui enquanto um canal onde a sociedade pode acessar as tecnologias produzidas na Universidade. Ao extrapolar os muros institucionais esses conhecimentos contribuem para a construção ampliada de educação, não somente para os alunos, mas especialmente para a população em geral, seja através do trabalho desenvolvido com os usuários, ou ainda na capacitação/formação de profissionais oriundos do Ensino Superior, ou não. Compreende-se nesse sentido uma educação em seu sentido amplo, capaz tanto da manutenção da sociabilidade capitalista hegemônica, mas também

pode-se constituir enquanto ferramenta importante para a construção de uma contracultura, a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Há de considerar que a Educação compõe uma dimensão complexa da vida social, por conseguinte, a política educacional pode ser compreendida enquanto expressão das lutas de classe, em especial, “aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura, que não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção” (ALMEIDA,2005, p.4). Nesse sentido, é imperioso considerar que os espaços educacionais também são responsáveis pela formação de consenso e reprodução da força de trabalho.

Esta relação entre ensino e extensão supõe mudança de olhares dentro do processo pedagógico, tendo em vista que docentes e discentes se constituem como sujeitos do ato de ensinar e aprender. A extensão, como a espaço de interação entre universidade/IES e sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, possibilitando a troca de saberes acadêmico e popular.

A vinculação permanente entre teoria e prática é central no processo de ensino-aprendizagem, considerando que a ação profissional prescinde do conhecimento, e este só se realiza a partir da ação, e que “(...) a teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade” (SANTOS, 2010, p.21).

Segundo Vasconcelos (1998) “não há projeto de formação profissional, que tenha sustentação, sem enfrentar a questão do fazer profissional, assim como não é possível um projeto de profissão sem o enfrentamento da relação teoria / prática” (p.67).

Nesse sentido, a extensão universitária é fundamental, na medida em que possibilita ao discente a interface e articulação entre a teoria e a prática, percebendo esta relação de unidade na diversidade. Sendo as instituições de ensino espaços de formação, investigação e prestação de serviços à comunidade, seus projetos político-pedagógicos devem ser marcados pela preocupação com uma organização curricular que garanta a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Dito isto, reafirmamos o compromisso da extensão universitária na inserção de ações para a promoção e garantia dos valores e direitos de igualdade e desenvolvimento social, se colocando como uma prática acadêmica que busca interligar a universidade/IES em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade. Ressalta-se também que a extensão universitária é fundamental para garantir a missão social da universidade na formação de cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem, e profissionais capacitados a promover um diálogo construtivo dos saberes populares com os conhecimentos técnicos e científicos, buscando valorizar a diversidade sociocultural do país e a utilização dos serviços ofertados pela Instituição de Ensino Superior.

## **2.2 Dependência química, usuários e olhares do Serviço Social**

O olhar para o uso abusivo e a dependência de substâncias psicoativas como expressão da questão social é recente, datando de meados do século XX, quando ocorrem mudanças significativas com o advento da industrialização e urbanização das cidades. Nesse período, as substâncias psicoativas deixaram de ser utilizadas somente em rituais religiosos, fugindo do controle das culturas e criando-se um novo padrão de consumo, fato que precipitou o surgimento das sequelas físicas e problemas sociais para usuários que faziam o uso de substâncias e suas famílias. É durante este período que se dá o início da estigmatização das drogas, onde o uso excessivo de substâncias psicoativas passa a ser visto como uma doença ou desordem social (BARBOZA, 2014).

No atual discurso político-governamental, o consumo do crack está atrelado à violência, portanto, o consumo assume maior centralidade na discussão de segurança pública do que na de proteção social destes indivíduos. São criados programas e políticas para combate e controle, tratamento e assistência que

prevê desde atendimento extra-hospitalar à internação<sup>5</sup> compulsória<sup>6</sup> ou involuntária<sup>7</sup> de usuários.

A categoria profissional em foco neste artigo entende a dependência química como processo social e político, historicamente determinado e atravessado pelas diferentes expressões da questão social<sup>8</sup>. Assim, é a partir da perspectiva de totalidade social que busca-se refletir sobre os usuários dependentes de crack para a profissão do Serviço Social.

Essa droga é produzida a partir da cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água, gerando um composto, que pode ser fumado ou inalado. O usuário queima a pedra<sup>9</sup> em cachimbos improvisados, como latinha de alumínio, e aspira a fumaça. Há também pedras menores, que quando quebradas, pode ser misturada a cigarros de tabaco e maconha, chamado pelo usuário de mesclado, capeta, e outros nomes não científicos (RIBEIRO e LARAJEIRA, 2012).

Os primeiros relatos sobre a dependência de crack surgiram por volta de 1985, sendo usado por negros e imigrantes, em bairros pobres de grandes cidades dos Estados Unidos, como Los Angeles e Nova York. No Brasil, o aparecimento do crack se baseia em informações da imprensa não oficial e de apreensões da polícia, datadas de 1990, em São Paulo. Expandindo-se da Zona Leste para o centro da cidade, espalha-se neste ponto motivada pela repressão e pela chamada exclusão social (DIEHL; CORDEIRO e LARANJEIRA, 2011).

---

<sup>5</sup> Definidas anteriormente pela Lei Nº 10.216, 06 de Abril de 2001, também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no Brasil.

<sup>6</sup> Modalidade de internação involuntária em que não é necessária a autorização familiar. O artigo 9º da lei 10.216/01 estabelece a possibilidade da internação compulsória, sendo esta sempre determinada pelo juiz competente, depois de pedido formal, feito por um médico, atestando que a pessoa não tem domínio sobre a sua condição psicológica e física (Lei Federal de Psiquiatria, Nº 10.216, de 2001).

<sup>7</sup> O familiar pode solicitar a internação involuntária, desde que o pedido seja feito por escrito e aceito pelo médico psiquiatra. A lei determina que, nesses casos, os responsáveis técnicos do estabelecimento de saúde têm prazo de 72 horas para informar ao Ministério Público da comarca sobre a internação e seus motivos. O objetivo é evitar a possibilidade de esse tipo de internação ser utilizado para a prática de cárcere privado (Lei Federal de Psiquiatria, Nº 10.216, de 2001).

<sup>8</sup> Expressões da questão social podem ser entendidas como o conjunto de desigualdades consequentes da sociedade do capital (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005).

<sup>9</sup> O nome "crack" vem do barulho que as pedras fazem ao serem queimadas durante o uso (SEIBEL, 2000).

Atualmente no Brasil, o perfil do usuário de crack é o(a) indivíduo(a) jovem, desempregado (a), com baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo, proveniente de família em situação de vulnerabilidade social e com antecedentes de uso de droga e comportamento de risco (CFM, 2012). Ou seja, é o perfil das classes e grupos subalternizados.

Na última década o crack ganhou ares de epidemia, com o crescimento do uso, abuso e dependência e toda a carga de fatos relacionados com saúde e segurança pública. O aumento tem preocupado governantes, gestores e pesquisadores, principalmente, quando se avalia que apenas cerca de um terço (1/3) dos usuários da droga consegue seguir com o tratamento após internação, outro terço abandona o tratamento e volta ao uso e outro terço morre, sendo que na maior parte dos casos, por causas externas, como violência ou causas naturais, como a AIDS, e não pelo uso em si, como se pensava no início das discussões (RIBEIRO e LARANJEIRA, 2012).

O Estado e a sociedade brasileira ainda não chegaram a um consenso sobre qual é a melhor forma de lidar com os adictos<sup>10</sup> seja pela quantidade de informações de teor moral, simplistas e manipuladas no tocante à dependência química, seja pela responsabilidade de dar resolutividade às demandas advindas da epidemia. Destarte, por vezes, o enfretamento da questão é transferido do Estado para a família<sup>11</sup>, sociedade civil, instituições religiosas ou setor privado de saúde, ocasionando omissões estatais e consequentes conflitos que repercutem no modelo técnico-assistencial de atendimento dos dependentes químicos (BARBOZA, 2014).

As práticas de cuidado dirigidas a essa população sempre variaram dos cuidados de estilo religioso ou do modelo médico hospitalocêntrico<sup>12</sup> que reforçam o padrão excludente e segregador da dependência, bastante

---

<sup>10</sup> Adicto é o adjetivo mais usado para designar um dependente químico. Significa quem não consegue abandonar um hábito nocivo por motivos fisiológicos ou psicológicos.

<sup>11</sup> Segundo Campos e Miotto (2003, p.170), “o ‘familismo’, na expressão empregada por vários autores [em especial Esping-Andersen, 1999, p. 45; Saraceno, 1994, p. 60-81], deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera - na verdade exige - que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de ‘familismo’ não deve ser confundido com aquele que é pró-família”.

<sup>12</sup> Essa perspectiva tem como foco a doença e é centrado no profissional médico e no hospital. A medicalização se refere a um fenômeno amplo que diz respeito ao uso de terapia medicamentosa com drogas.



combatido pela Luta Antimanicomial<sup>13</sup>. Destarte o que se vê é que o uso do crack traz uma dupla identidade para esse sujeito na saúde: como aquele que é portador de uma patologia e como aquele que carrega um estigma.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, mecanizadas. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores éticos e políticos. Mais ainda, ações que estejam articuladas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos (FACEIRA, 2013, p 5).

Entende-se que este debate traz várias implicações para quem atua na rede de atenção à saúde mental junto aos usuários, uma vez que o crack tem especificidades no *modus operandi* de uso, o que acaba acarretando um tratamento difícil de adesão e com muitas recaídas por parte do usuário – fato este atrelado ao baixo custo de obtenção da droga e à situação de vulnerabilidade social dessas pessoas que vivem nas *cracolândias*<sup>14</sup> em condições precárias de higiene, alimentação, saúde, numa rotina de roubo para sustentar o vício (BARBOZA, 2014).

Nos marcos da defesa dos direitos dos usuários, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com base no Código de Ética da Profissão de 1993, entende a dependência química como mais uma expressão da questão social, resultante do desenvolvimento do capitalismo, e como tal, alvo da atuação do Serviço Social.

### **2.3 A experiência do Projeto *In Dependência***

O Projeto de Extensão *In Dependência*, fazia parte do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS) da então Faculdade ASCES, localizada no município de Caruaru - Pernambuco. O mesmo funcionou de 2013 a 2017, tendo como objetivo desenvolver ações socioeducativas que auxiliassem

---

<sup>13</sup> Refere-se ao Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNL) pela demarcação de uma perspectiva de desinstitucionalização dos cuidados a pessoas com transtornos mentais. Esse movimento antecedeu a Reforma Psiquiátrica.

<sup>14</sup> Nome derivado de crack. Refere-se popularmente aos espaços utilizados pelos usuários da droga e teve sua origem no centro da cidade de São Paulo-Brasil.

na redução de danos das dependências químicas e não químicas. Além de mobilizar e assistir a própria faculdade, o projeto visava ainda somar forças à Estado e sociedade civil na participação e/ou organização de campanhas educativas e de redução de danos e desenvolvimento de um projeto acadêmico de estudo e pesquisa sobre dependência química.

O Projeto nasceu em resposta às inquietações entre os discentes de Serviço Social a respeito da atuação profissional com a dependência química (até então, o curso da IES em foco contava apenas com uma disciplina que discutisse diretamente o tema, mesmo assim eletiva). Sob o impacto da constatação da pouca visibilidade dada ao tema nas grades curriculares dos cursos superiores (tanto na área de ciências humanas quanto na de sociais), resolveu-se trabalhar com alunos em atividades extra sala de aula, a fim de capacitá-los para o estágio/trabalho com os usuários de drogas, bem como contribuir na missão de responsabilidade social da Faculdade com a realidade local.

Dado o pontapé inicial no segundo semestre de 2013 e inserido na área de atuação saúde/direitos humanos, o projeto realizou seleção para preenchimento de 4 vagas para discentes do curso de Serviço Social. Nesse primeiro momento, por conta da responsabilidade em se trabalhar com um tema tão complexo e que desperta tantas opiniões diversas, fez-se necessário uma capacitação com as alunas que foram selecionadas, abordando temas diversos, como: Drogas e sociedade; Tabaco e ambiente livre de fumo; Consequências do uso de álcool; Epidemiologia do uso de drogas; Prevenção em grupos específicos – adolescentes, adultos, idosos, mulheres, etc; Aspectos sociais da drogadição; Redução de Danos; etc.

Em três anos o Projeto In Dependência beneficiou os mais diversos públicos no que concerne à prevenção e redução de danos das dependências químicas e não químicas na cidade de Caruaru e arredores. Abaixo listamos as principais atividades e públicos atingidos:

- O In Dependência atuou com alunos adolescentes das escolas da rede estadual de educação da GRE (Gerência Regional de Educação) de Caruaru. De um total de quase 40 escolas, selecionamos 6 com as quais trabalhar, seguindo um critério de liberação do gestor da escola e dos fatores de

periculosidade, vulnerabilidade e incidência de problemas relacionados ao consumo de drogas. Nas intervenções foram abordados cerca de 200 estudantes e 50 profissionais da educação.

- O Projeto organizou o I Simpósio Sobre Dependências Químicas e Não Químicas do Piauí, realizado na cidade de Picos em fevereiro de 2014, a fim de levantar fundos para um projeto social com crianças da periferia da cidade. Para tanto o projeto organizou a ida de um micro-ônibus com 25 estudantes de Serviço Social para participarem do evento e lá abordou cerca de 300 pessoas no evento, que foi o primeiro do gênero na cidade.

- Na Jornada de Aniversário dos 55 anos da Faculdade, o Projeto desenvolveu uma atividade de prevenção ao uso de drogas com cerca de 25 crianças e adolescentes, no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) em um bairro da periferia de Caruaru.

- Na Semana da Saúde, em 2014, o Projeto alcançou cerca de 400 discentes de todas as graduações da Faculdade ASCES e funcionários exibindo na escadaria do Campus vídeos curtos que expunham consequências do uso abusivo de drogas, fazendo distribuição de folder informativo sobre o tema e realizando abordagens com questionários sobre o consumo de drogas dos estudantes universitários.

- Na Semana da Mulher de 2014, o In Dependência foi convidado pelo NUGEN (Núcleo de Gênero) do LEPPS, para participar das atividades comemorativas realizando uma palestra sobre dependência química e não química em mulheres, com alunas da graduação do Campus II (onde se localizavam os cursos de saúde), onde compareceram cerca de 100 alunos e alunas.

- Em 2015 o In Dependência se tornou embaixador da Organização Taturana e exibiu dois de seus documentários: a) o *Legal*, que levou em maio cerca de 250 discentes, docentes e profissionais da rede a discutirem acerca do uso medicinal de maconha no Brasil, em três seções diferentes; e o *Sem Pena*, em Agosto, que levou em duas seções uma média de 150 pessoas entre discentes, docentes e profissionais da rede, a discutirem o Sistema carcerário e uso de drogas no Brasil.

- No ano de 2015 firmou-se uma parceria do Projeto In Dependência com o Programa ATITUDE (Programa de Atenção a usuários de Crack e outras Drogas e seus Familiares), onde os alunos envolvidos no projeto realizaram visitas aos dois centros do Programa, atuando com um público médio de cerca de 180 usuários, entre eles moradores de rua e usuários ameaçados de morte.

- No final de 2015 o projeto deu início à intervenção nos bares ao redor da Faculdade a fim de disseminar informações acerca de redução de danos no uso de álcool e às repercussões deste uso para a educação. Nas abordagens (que aconteciam de maneira semestral) alcançou-se cerca de 300 transeuntes dos bares, sendo a maioria formados por discentes da Faculdade, mas alcançando também outros públicos que mantinham uma regular visitação em ocasião do mês de comemoração do São João na cidade (no final do primeiro semestre de cada ano).

No seu último ano de existência, o referido projeto começou a inverter os termos da parceria com os serviços de atendimento a usuários de crack do município: ao invés de levar os alunos para os serviços de atendimento, começou a levar os usuários para a faculdade, a fim de participarem dos mais diversos tipos de atendimentos lá disponíveis, mediados pela assistente social do laboratório (atendimento odontológico, jurídico, socioassistenciais, educativos, etc), bem como para as oficinas e grupos desenvolvidos pelos alunos extensionistas do curso de Serviço Social, voltados prioritariamente à inclusão social e produtiva, serviços os quais as instituições de atendimento a este público ainda tem dificuldade de acessar, seja pelos estigmas envolvidos e/ou pela crise econômica que o país tem passado e que repercutiram em fechamentos de alguns projetos/programas e diminuição dos montantes de outros e das vagas para atendimentos nos serviços de saúde/assistência.

O *In Dependência* sempre buscou trabalhar numa perspectiva consonante à proposta de Reforma Psiquiátrica no Brasil, seguindo a lógica da Redução de Danos. Esta metodologia pode ser entendida como uma prática que visa a possibilitar o direito de escolha e a responsabilização da pessoa diante da sua vida, flexibilizando os métodos para vislumbrar possibilidades da população envolvida com drogas. O objetivo geral da Redução de Danos é evitar, se possível, que as pessoas se envolvam com o uso de substância psicoativas. Se

isso não for possível, para aqueles que já se tornaram dependentes, seria oferecer os melhores meios para que possam rever sua relação com a droga, orientando-os tanto para um uso menos prejudicial, quanto para a abstinência, de acordo com o momento de cada usuário.

Nesse viés, as atividades do Projeto foram desenvolvidas fazendo uso de metodologias diversas, sempre buscando informar e empoderar seu público alvo, bem como os discentes envolvidos, através de capacitações em forma de palestra e oficinas, grupos de estudos sobre dependências química e não química (este segundo ainda pouco discutido na nossa profissão), reuniões, oficinas com os públicos alvo, rodas de diálogos, divulgações em redes sociais, promoção eventos para a participação efetiva dos alunos e funcionários da faculdade, bem como da rede sócio assistencial e sociedade civil, levando a instituição de ensino a cumprir sua função social.

Entre tantas lições com a referida experiência, o que fica muito forte é a relevância da atividade de extensão na formação, por ser fonte de oxigenação e dinamização do conhecimento produzido nas instituições de ensino, além de contribuir para uma integral formação do discente cidadão, quando este aprende a atuar a partir de realidades concretas.

### **III - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência do Projeto levou a reflexão que parte da demanda real dos usuários de crack hoje não é o acesso aos dispositivos de internação (afinal, por mais precários que sejam, eles existem e tiveram uma considerável ampliação e regionalização na última década), mas o acesso a políticas, programas e projetos sociais que resultem em saúde (entendida no seu conceito amplo, para além da simples ausência de doença), melhor qualidade de vida e reforços positivos no seu projeto pessoal de redução de danos.

Inclusive, porque entende-se que parte da situação de risco social que esses sujeitos materializam é determinada por relações de segregação e exploração de classe, raça e espaço, assim como, de inexistência do acesso à serviços extra-hospitalares e ambulatoriais que ofereçam serviços de redução de danos e atendimentos que considerem as singularidades de suas histórias de

vida e necessidades sociais para além da dependência. Como afirma Potyara Pereira (2011), um verdadeiro Estado de bem-estar social é aquele comprometido com a prevenção dos riscos sociais. Para a autora, as interferências nos “riscos já instalados” é característica de países que adotaram modelos de proteção social residuais e liberais de bem-estar social.

Cabe ainda refletir que a relação estabelecida entre os adictos e a violência, considerando o seu perfil societário, reforça a criminalização e culpabilização desses usuários, desconsiderando a forma como a sociedade capitalista produz desigualdades e contribui, nesse sentido para a drogadição. E ainda, despreza seu caráter de problema de saúde coletiva.

Desse modo, considera-se o ambiente acadêmico propício para abordar a temática em questão, bem como tantas outras que trazem rebatimentos para a vida dos indivíduos, considerando que este é um espaço de produção e reprodução de conhecimento e que apresenta um efeito transformador na sociedade, formando profissionais que irão se deparar com inúmeras demandas no seu exercício profissional, que exigirão olhares e intervenções diferenciadas.

As dimensões investigativa e interpretativa constituem princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre a teoria e a realidade. Nesse sentido, entendemos que esta articulação entre ensino, pesquisa e extensão sempre representou um grande desafio das instituições de ensino brasileiras, desafio este que tem tido um acréscimo nas suas dimensões, devido à atual crise econômica do capital e à mercantilização da educação.

No que se refere ao projeto de extensão do curso de Serviço Social apresentado nesse trabalho, o mesmo foi considerado espaço privilegiado para o desenvolvimento da dimensão investigativa da profissão, pois os discentes envolvidos conseguiram processar a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no exercício profissional do assistente social.

Ao privilegiar a sistematização de uma experiência, oportunizamos o resgate da dimensão teórica no próprio processo de trabalho do assistente social. Esse movimento valoriza a rica experiência acumulada da equipe que desenvolveu o projeto.

Como não havia a pretensão de esgotar o assunto neste trabalho, espera-se que os questionamentos e contribuições trazidos por esta pesquisa possam suscitar outras investigações sobre o tema e especial atenção à existência e participação de projetos de extensão na formação dos discentes de Serviço Social, tendo em vista que a realidade social demanda cada dia mais profissionais com competência crítica e experiência para intervir na realidade.

Deseja-se também contribuir com a reflexão sobre os projetos pedagógicos das Instituições de Ensino Superior, considerando que o tema drogas/saúde mental/dependência química consta como uma das metas prioritárias dos Projetos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de toda instituição de ensino.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social. **Revista Em Pauta**, n. 10, jul.1997.

\_\_\_\_\_. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: O SERVIÇO Social e a Política Pública de Educação. Gabinete do Deputado Estadual André Quintão. Belo Horizonte,2005.

ALVES, RIBEIRO E CASTRO. **Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Abuso e Dependência: crack. **Rev. Assoc. Med. Bras.** [online]., v.58, n.2, p. 138-140, 2012.

BARBOZA, Fernanda Luma Guilherme. **Internação Compulsória Individual e Coletiva dos Dependentes de Crack: o discurso do Estado e o do serviço social**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social** - Comentado. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CAMPOS, Marta S.; MIOTO, Regina C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**[online], n. 12, p. 165 – 197, 2003.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FACEIRA, Lobelia da Silva. O Processo de Formação Profissional em Serviço Social e a Extensão Universitária: Avanços E Desafios. **Revista Raízes e Rumos**, Rio De Janeiro, v. 1, n. 1, p. 44 – 98, jun.2013.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: CEFESS/ABEPPS/CEAD/UnB. Capacitação em serviço Social e Política Social. Brasília, 1999. (módulo I).

RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R.R. e *col.* **O Tratamento do Usuário de Crack**. São Paulo: ARTMED, 2012.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática teoria é outra?** Mitos e dilemas da relação entre teoria, prática, instrumentos e técnica em Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SEIBEL, S. D. **Dependência de Drogas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético político do Serviço Social. In: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 56, 1998.